

MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS)
CONSELHO NACIONAL DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE (CONASEMS)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)

FUNDAMENTOS DAS VIGILÂNCIAS EPIDEMIOLÓGICA, SANITÁRIA, SAÚDE DO TRABALHADOR E AMBIENTAL

PROGRAMA SAÚDE COM AGENTE
DISCIPLINA 23



Brasília (DF)
2023

MINISTÉRIO DA SAÚDE (MS)
CONSELHO NACIONAL DE SECRETARIAS MUNICIPAIS DE SAÚDE (CONASEMS)
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS)

FUNDAMENTOS DAS VIGILÂNCIAS EPIDEMIOLÓGICA, SANITÁRIA, SAÚDE DO TRABALHADOR E AMBIENTAL

PROGRAMA SAÚDE COM AGENTE
DISCIPLINA 23



Brasília (DF)
2023

2023 Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.



Esta obra é disponibilizada nos termos da Licença Creative Commons – Atribuição – Não Comercial – Compartilhamento pela mesma licença 4.0 Internacional. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

A coleção institucional do Programa Saúde com Agente pode ser acessada, na íntegra, na Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde: <http://bvsmms.saude.gov.br>

Tiragem: 1ª edição – 2023 – versão eletrônica

Elaboração, distribuição e informações:

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde

Departamento de Gestão da Educação na Saúde

Coordenação-Geral de Ações Educacionais

SRTVN 701, Via W5 Norte, lote D,

Edifício PO 700, 4º andar

CEP: 70719-040 – Brasília/DF

Tel.: (61) 3315-3394

E-mail: sgtes@saude.gov.br

Secretaria de Atenção Primária à Saúde

Departamento de Saúde da Família

Esplanada dos Ministérios Bloco G, 7º andar

CEP: 70058-90 – Brasília/DF

Tel.: (61) 3315-9044/9096

E-mail: aps@saude.gov.br

Secretaria de Vigilância em Saúde

SRTVN 701, Via W5 Norte, lote D,

Edifício PO 700, 7º andar

CEP: 70719-040 – Brasília/DF

Tel.: (61) 3315.3874

E-mail: svs@saude.gov.br

CONSELHO NACIONAL DE SECRETARIAS

MUNICIPAIS DE SAÚDE

Esplanada dos Ministérios, Bloco G, Anexo B, Sala 144

Zona Cívico-Administrativo

CEP: 70058-900 – Brasília/DF

Tel.: (61) 3022-8900

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Av. Paulo Gama, 110 – Bairro Farroupilha CEP: 90040-060 – Porto Alegre/RS

Tel.: (51) 3308-6000

Coordenação-geral:

Cristiane Martins Pantaleão – Conasems

Hishan Mohamad Hamida – Conasems

Isabela Cardoso de Matos Pinto – MS

Leandro Raizer – UFRGS

Lívia Milena Barbosa de Deus e Mélo – MS

Luciana Barcellos Teixeira – UFRGS

Rodrigo dos Santos Santana – MS

Organização:

Núcleo Pedagógico do Conasems

Supervisão-geral:

Rubensmidt Ramos Riani

Coordenação técnica e pedagógica:

Carmen Lúcia Mottin Duro

Cristina Crespo

Diogo Pilger

Fabiana Schneider Pires

Valdívila Marçal

Elaboração de texto:

Cinoelia Leal de Souza

Revisão técnica:

Andréa Fachel Leal – UFRGS

Camila Giugliani – UFRGS

Camila Mello dos Santos – UFRGS

Carmem Lúcia Mottin Duro – UFRGS

Diogo Pilger – UFRGS

Érika Rodrigues de Almeida – SAPS/MS

José Braz Damas Padilha – SVS/MS

Kelly Santana – Conasems

Lanusa T. Gomes Ferreira – SGTES/MS

Michelle Leite da Silva – SAPS/MS

Patrícia da Silva Campos – Conasems

Sílvia de Oliveira Kirst – UFRGS

Designer educacional:

Alexandra Gusmão – Conasems

Juliana Fortunato – Conasems

Pollyanna Lucarelli – Conasems

Priscila Rondas – Conasems

Colaboração:

Antonio Jorge de Souza Marques – Conasems

Fabiana Schneider Pires – UFRGS

Josefa Maria de Jesus – SGTES/MS

Katia Wanessa Silva – SGTES/MS

Lanusa Gomes Ferreira – SGTES/MS

Marcela Alvarenga de Moraes – Conasems

Marcia Cristina Marques Pinheiro – Conasems

Rejane Teles Bastos – SGTES/MS

Roberta Shirley A. de Oliveira – SGTES/MS

Rosângela Treichel – Conasems

Assessoria executiva:

Conexões Consultoria em Saúde LTDA

Coordenação de desenvolvimento gráfico:

Cristina Perrone – Conasems

Diagramação e projeto gráfico:

Aidan Bruno – Conasems

Alexandre Itabayana – Conasems

Bárbara Napoleão – Conasems

Lucas Mendonça – Conasems

Ygor Baeta Lourenço – Conasems

Fotografias e ilustrações:

Biblioteca do Banco de Imagens do Conasems

Imagens:

Freepik

Revisão:

Camila Miranda Evangelista

Normalização:

Luciana Cerqueira Brito – Editora MS/CGDI

Valéria Gameleira da Mota – Editora MS/CGDI

Ficha Catalográfica

Brasil. Ministério da Saúde.

Fundamentos das Vigilâncias Epidemiológicas, Sanitária, Saúde do Trabalhador e Ambiental [recurso eletrônico] / Ministério da Saúde, Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. – Brasília: Ministério da Saúde, 2023. 74 p. : il. – (Programa Saúde com Agente; E-book 23)

Modo de acesso: World Wide Web:

ISBN xxx-xx-xxx-xxxx-x

I. Agentes Comunitários de Saúde. 2. Saúde Ambiental. 3. Vetores e Roedores. I. Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde. II. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. III. Título.

CDU 614

Catalogação na fonte – Coordenação-Geral de Documentação e Informação – Editora MS – OS 2023/0xxx

Título para indexação:

Fundamentals of Epidemiological, Sanitary, Occupational Health, and Environmental Surveillance



OLÁ, AGENTE!

Este é o seu *e-book* da disciplina **Fundamentos das Vigilâncias Epidemiológica, Sanitária, Saúde do Trabalhador e Ambiental**. Vamos abordar a importância da Vigilância em Saúde na Atenção Primária à Saúde (APS), com destaque para o papel do Agente de Combate às Endemias (ACE). Conforme estabelece a Política de Atenção Básica 2017, o (a) ACE pode fazer parte da equipe de Estratégia Saúde da Família. Ele (a) também desempenha importante papel para a interface com a Vigilância em Saúde, contribuindo diretamente para a prevenção de doenças e agravos, e sobretudo, para a promoção da saúde.

Nesse contexto, é fundamental que o (a) profissional conheça os conceitos e ações da Vigilância em Saúde no Brasil, bem como os tipos de vigilância (epidemiológica, sanitária, em saúde ambiental e em saúde do trabalhador) e suas aplicações práticas no território, como manejo de resíduos sólidos e dejetos e avaliação de riscos ambientais.

Estude este material com atenção e consulte-o sempre que necessário! Acompanhe também a aula interativa, a Teleaula, os materiais complementares e realize as atividades propostas para assimilar as informações apresentadas.

Bons estudos!

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACE - Agente de Combate às Endemias

ACS - Agente Comunitário de Saúde

APS - Atenção Primária à Saúde

CIE - Centro de Investigações Epidemiológicas

CNS - Conferência Nacional de Saúde

DGSP - Direção Geral de Saúde Pública

ESF - Estratégia Saúde da Família

VIGIAR - Vigilância em Saúde de Populações expostas a Poluentes Atmosféricos

VIGIDESASTRES - Vigilância em Saúde Ambiental Relacionada aos riscos decorrentes de desastres

VIGIPEQ - Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Substâncias Químicas

Vigiquim - Vigilância em Saúde Ambiental relacionada às Substâncias Químicas

Vigisolo - Vigilância em Saúde de populações expostas a solo contaminado

VSA - Vigilância em Saúde Ambiental

Visat - Vigilância em Saúde do (a) Trabalhador (a)

PNVS - Política Nacional de Vigilância em Saúde

SUMÁRIO

6	ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE
13	VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
17	VIGILÂNCIA SANITÁRIA
23	VIGILÂNCIA EM SAÚDE DO(A) TRABALHADOR(A)
32	VIGILÂNCIA EM SAÚDE E MEIO AMBIENTE
40	VIGILÂNCIA EM SAÚDE AMBIENTAL
61	DISPOSIÇÃO E TRATAMENTO DE DEJETOS ANIMAIS
63	MANEJO DE RESÍDUOS SÓLIDOS
65	MANEJO DE CADÁVERES ANIMAIS
67	METODOLOGIA BÁSICA PARA REALIZAÇÃO DE AVALIAÇÃO DE RISCOS À SAÚDE HUMANA
69	RETROSPECTIVA
71	REFERÊNCIAS

AUTO POSTO E Pousada
BRASILINO LTDA.

ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITUAIS DA VIGILÂNCIA EM SAÚDE

Você ouviu falar sobre Vigilância em Saúde em alguns momentos deste curso. E antes de retomar essa discussão, vamos lembrar o conceito dessa vertente tão importante da Saúde Pública.



**Afinal,
o que é a
Vigilância?**

Segundo o dicionário, a palavra vigilância está relacionada ao ato de vigiar, de estar em alerta e ter cuidado. Sendo assim, na área da saúde, vigiar é fundamental!



A Vigilância em Saúde está presente em todos os aspectos da vida humana pois, independente de onde as pessoas vivem ou de qual papel social desempenham, há sempre uma ação de vigilância sendo realizada próximo delas.

De acordo a Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS), instituída e aprovada pela Resolução MS/CNS nº 588, de 12 de julho de 2018, em seu artigo 2, §1, a Vigilância em Saúde é:



“O processo contínuo e sistemático de coleta, consolidação, análise de dados e disseminação de informações sobre eventos relacionados à saúde, visando o planejamento e a implementação de medidas de saúde pública, incluindo a regulação, intervenção e atuação em condicionantes e determinantes da saúde, para a proteção e promoção da saúde da população, prevenção e controle de riscos, agravos e doenças”.



Dessa forma, a Vigilância em Saúde é fundamental para o planejamento das ações em saúde, pois é através dela que podemos conhecer um cenário de risco e atuar para diminuí-lo ou eliminá-lo.

Vigilância em Saúde em diferentes contextos e territórios

Sabemos que o Brasil é um país extenso, com muitas diferenças e singularidades. Por isso, a Vigilância em Saúde não é uma tarefa fácil porque exige dos (as) profissionais o conhecimento sobre cada um de seus territórios de atuação.

A Vigilância em Saúde implica em um processo contínuo e organizado, já que a saúde é um estado complexo decorrente de múltiplos fatores que sofrem mudanças ao longo do tempo.

O Brasil é um país com extensão continental, que apresenta diferentes territórios, culturas, povos e histórias, por isso, a PNVS deve contemplar toda a população no território nacional. Para tanto, é preciso estabelecer prioridades para territórios, pessoas e grupos em situação de maior risco e vulnerabilidade, buscando superar as desigualdades sociais e de saúde, e alcançar a equidade no cuidado da saúde das pessoas.





Há no território brasileiro uma variedade de riscos sanitários associados às doenças vetoriais enfrentadas pela Atenção Primária à Saúde (APS), que estão relacionadas tanto às diferenças sociosanitárias quanto aos ambientes em que vivemos.

Nosso país apresenta, por exemplo, uma variedade de biomas que determinam diferentes realidades ambientais em cada região. Um Bioma é um conjunto de vida (vegetal e animal) que possui características específicas de vegetação, compartilham condições geoclimáticas similares e história que resulta em uma diversidade biológica própria (IBGE, 2022).

Saiba sobre Vigilância em Saúde em diferentes contextos e territórios. [Clique aqui](#) ou **escaneie o QR Code.**



Ao longo da história do Brasil, houve vários marcos importantes para a evolução da Vigilância em Saúde, como:

- **1903**– Oswaldo Cruz assume a Direção Geral de Saúde Pública (DGSP), organizando serviços sanitários e de controle de doenças transmissíveis.
- **1968**– Criado o Centro de Investigações Epidemiológicas (CIE), que modernizou práticas de vigilância para a erradicação da varíola, e instituiu o primeiro sistema nacional de notificação de doenças de importância para a Saúde Pública.
- **1975** – V Conferência Nacional de Saúde (CNS), em que se propõe a criação de um sistema de vigilância epidemiológica no Brasil.
- **1990** – Instituição da Lei Orgânica da Saúde nº 8.080, que define e abrange as ações de a Vigilância em Saúde e dá outras providências para a promoção da saúde no país.
- **1994** – Criação do Programa Saúde da Família, fundamentado nos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) para a promoção da saúde no território brasileiro.

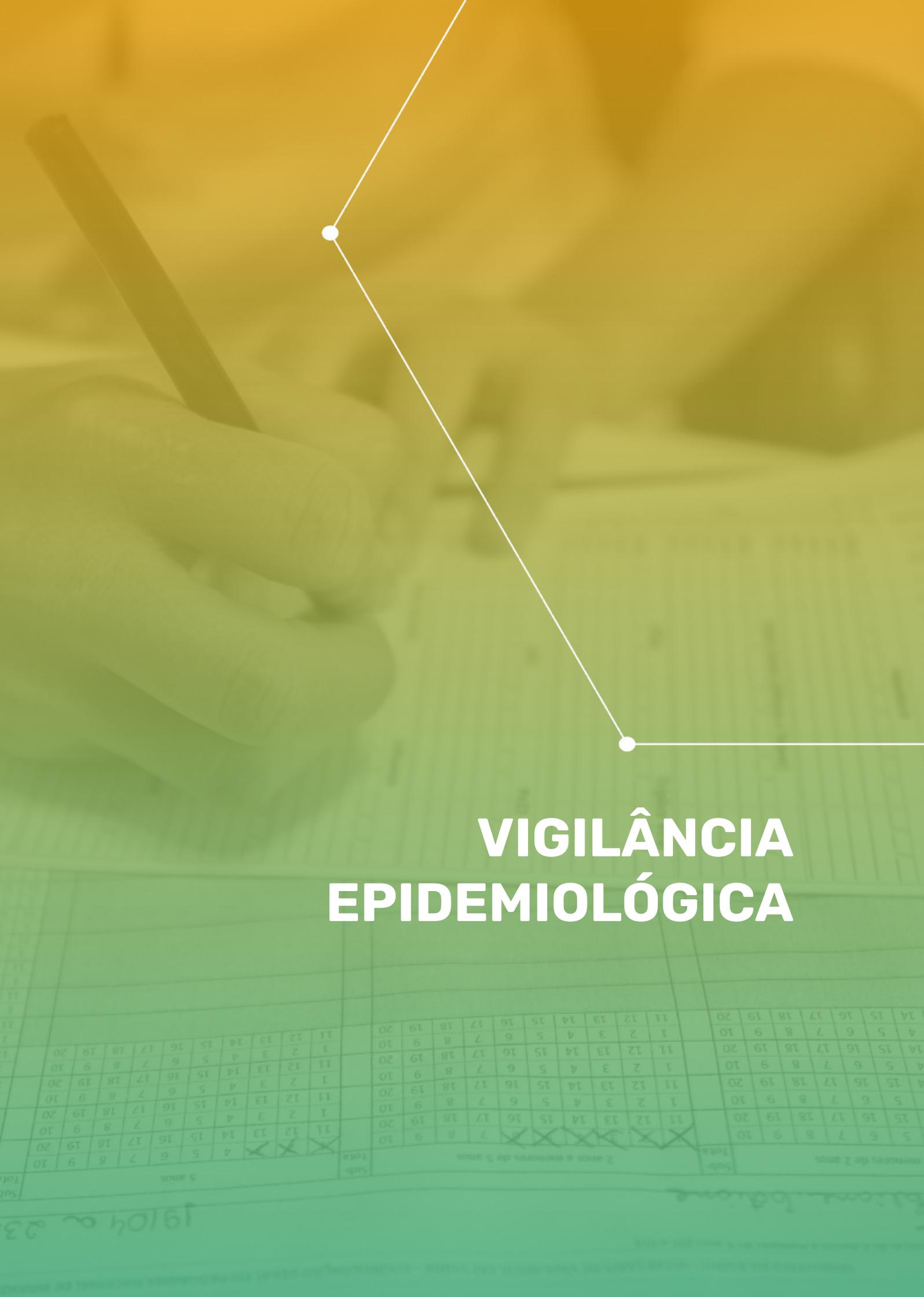
Ao longo dessa disciplina, estudaremos as áreas prioritárias definidas pela PNVS, presentes em todo o país através de esforços conjuntos da Secretaria de Vigilância em Saúde nas esferas nacional, estadual e municipal.

A partir do que foi estudado é possível perceber que as ações de Vigilância em Saúde são constantemente realizadas pelos profissionais de saúde e por toda a sociedade. Além do mais, o (a) ACE é fundamental neste processo, desenvolvendo ações de vigilância cotidianamente no seu processo de trabalho.



Veremos que o (a) ACE desempenha diversas tarefas de Vigilância em Saúde diariamente, incluindo a inspeção de casas, terrenos baldios, depósitos e áreas comerciais em busca de possíveis fontes de doenças endêmicas.

Agora, vamos falar sobre a Vigilância Epidemiológica!



VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA

Objetivos da Vigilância Epidemiológica

Assim como as demais Vigilâncias, a Epidemiológica deve realizar amplas ações.

O Quadro 2 apresenta um resumo sobre os principais objetivos da Vigilância Epidemiológica.

Quadro 2- Síntese dos objetivos da Vigilância Epidemiológica

Identificar e descrever o comportamento epidemiológico de doenças;
Monitorar tendências, identificar grupos e fatores de risco;
Avaliar a magnitude da morbidade e mortalidade relacionada a agravos à saúde;
Recomendar a adoção de medidas para prevenir ou controlar agravos à saúde;
Avaliar o impacto e a eficiência das medidas de prevenção.

Fonte: Ministério da Saúde, 2018.

Assista a Teleaula
para saber mais.





Investigação Epidemiológica de Casos, Surtos e Epidemias

A investigação epidemiológica é uma das principais atribuições da Vigilância Epidemiológica, que busca fazer a identificação de casos, surtos, epidemias ou qualquer outra forma de emergência em saúde.

É uma resposta que ocorre no local de ocorrência ou suspeita da doença e está sob responsabilidade, principalmente, da APS, mas também inclui diferentes serviços e setores do SUS e as demais vigilâncias.

A investigação epidemiológica é de extrema importância para a descrição do processo saúde-doença e para a proposição de medidas de controle, garantindo a obtenção de dados e informações de forma correta e completa, através de fontes primárias (diretamente com a pessoa ou nos serviços de saúde) ou secundárias (registros ou bases de dados de sistemas de informação).

No processo sistemático e organizado da investigação epidemiológica é preciso detectar e controlar rapidamente as prováveis ameaças à saúde das pessoas para, dessa forma, impedir a ocorrência de novos casos. Para alcançar esse objetivo é necessário identificar alguns fatores, tais como:



Saiba sobre investigação epidemiológica. [Clique aqui](#) ou **escaneie o QR Code.**





**VIGILÂNCIA
SANITÁRIA**



A Saúde Pública passou por muitas mudanças ao longo do tempo, de forma que o enfrentamento das doenças e dos riscos à saúde evoluem juntamente com a humanidade.

Nesse sentido, a Vigilância Sanitária é considerada a área mais antiga de vigilância da Saúde Pública, sendo inicialmente descrita como ações voltadas para o controle de impurezas nas águas, salubridade e saneamento das cidades e de mercadorias e pessoas.

Quando eram identificadas situações de interesse sanitário, cabia ao poder público estabelecer normas e regras para moderar comportamentos e fiscalizar o cumprimento dessas medidas.



Atualmente, a Vigilância Sanitária é definida pela Lei Orgânica da Saúde 8.080, de 1990, como: “um conjunto de ações capaz de eliminar, diminuir, ou prevenir riscos à saúde e de intervir nos problemas sanitários decorrentes do meio ambiente, da produção e circulação de bens e da prestação de serviços de interesse à saúde”.



Este conceito mostra a abrangência e importância da Vigilância Sanitária para a Saúde Pública.

Saiba sobre o Histórico da Vigilância Sanitária no Brasil. [Clique aqui](#) ou escaneie o QR Code.





Você sabe quais as áreas de atuação da Vigilância Sanitária?

As áreas de atuação da Vigilância Sanitária são amplas e existentes em todo o território nacional. Para termos uma ideia dessa amplitude, listamos no Quadro 1 exemplos de bens, produtos e serviços regulados por ela:

Quadro 1- Áreas de interesse e atuação da Vigilância Sanitária

Áreas	Exemplos de bens, produtos e serviços
Alimentação	Alimentos, bebidas, águas envasadas, seus insumos, suas embalagens, aditivos alimentares, limites de contaminantes orgânicos, resíduos de agrotóxicos e de medicamentos veterinários.
Medicamentos e substâncias químicas	Medicamentos, suas substâncias ativas e demais insumos, processos e tecnologias. Reagentes e insumos destinados a diagnóstico.
Higiene e cosmética	Cosméticos, produtos de higiene pessoal e perfumes.
Equipamentos de saúde	Equipamentos e materiais médico-hospitalares, odontológicos, hemoterápicos e de diagnóstico laboratorial e por imagem.
Imunobiológicos e hemocomponentes	Imunobiológicos e suas substâncias ativas, sangue e hemoderivados.
Órgãos e tecidos	Órgãos, tecidos humanos e veterinários para uso em transplantes ou reconstituições.
Produto fumígeno	Cigarros e charutos.
Outros	Radiofármacos e produtos radioativos; engenharia genética.
Serviços e ambientes em geral	Serviços de saúde; serviços de interesse da saúde (creches, asilos para idosos, presídios, cemitérios, salões de beleza, cantinas e refeitórios escolares, academia de ginástica, clubes).

Fonte: Lucchese, 2001.

Seguindo a definição legal do que é Vigilância Sanitária, ela se organiza em três grandes grupos principais de ações:

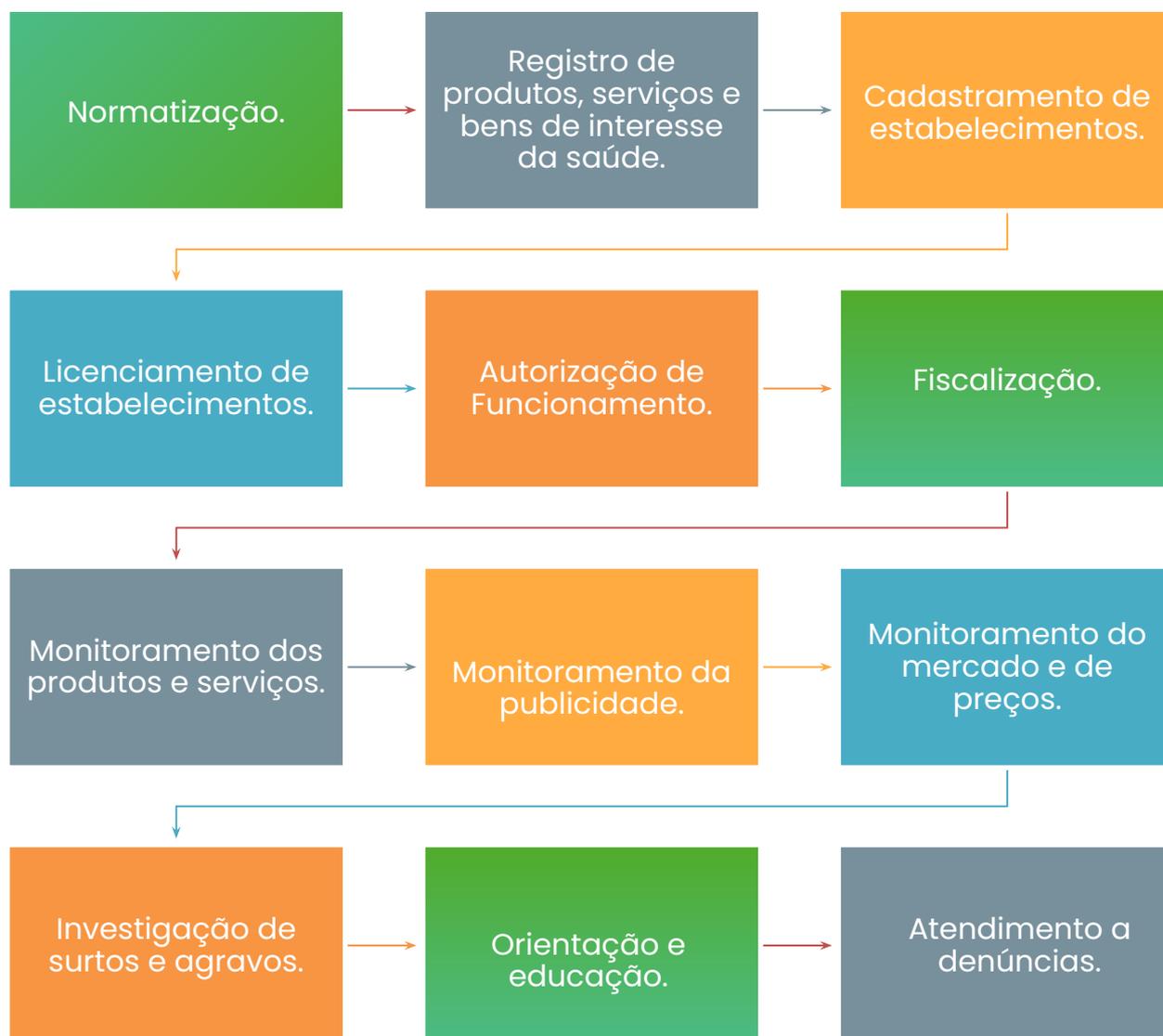


O (a) ACE tem como atribuição fundamental exercer atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde. De forma que ele (a) realiza ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS.

No desenvolvimento de atividades para o controle de vetores e prevenção de doenças de transmissão vetorial dentro de sua área geográfica de atuação, o (a) ACE pode identificar situações que infrinjam normatizações sanitárias e agir, juntamente com a sua equipe de saúde, para evitar riscos à saúde, seja de uso indevido de produtos químicos, descumprimento de normas em estabelecimentos comerciais em geral, ou demais situações que tragam riscos à saúde das pessoas ou ao meio ambiente.

Processo de Trabalho em Vigilância Sanitária

Para conseguir atingir todos os seus objetivos, é preciso que a Vigilância Sanitária desenvolva uma série de ações, que são baseadas, sobretudo, em:





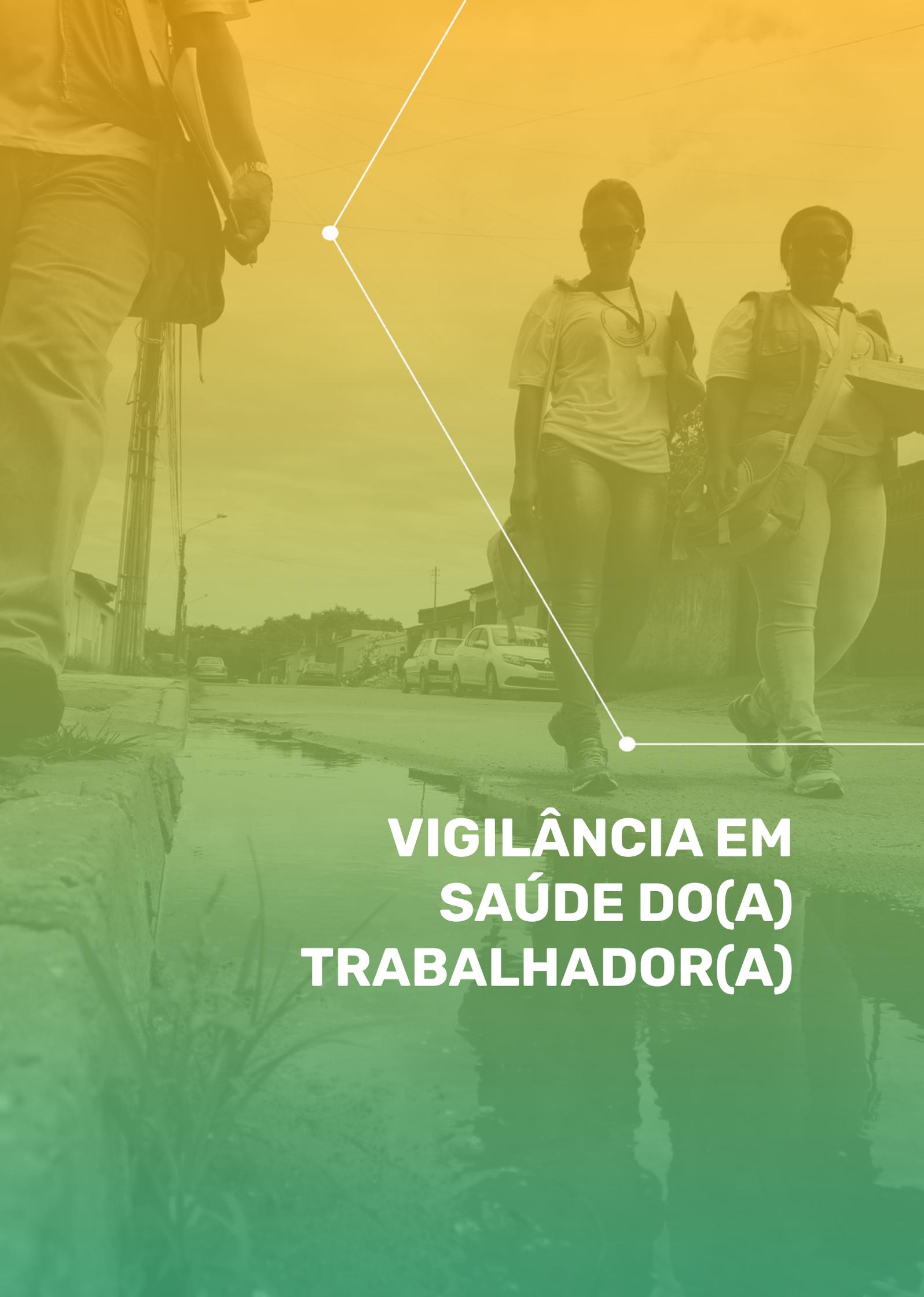
Vamos refletir!

Em frente a uma escola do ensino médio, localizada na comunidade em que você atua, há uma lanchonete que vende alimentos (salgados, bolo, café, leite, entre outros). Como os preços são acessíveis, muitos estudantes e pessoas da comunidade consomem estes produtos. Qual seria o papel da Vigilância Sanitária diante do cenário?

O papel da Vigilância Sanitária é garantir que a lanchonete cumpra as regras de higiene e conservação dos alimentos e que possua licença, que comprove esses requisitos, para funcionar. Além disso, deve orientar os proprietários e a comunidade sobre os riscos do consumo de alimentos sem a manipulação segura e sem a higiene necessária e, ainda, quando acionada pela comunidade, fiscalizar e garantir o cumprimento das normas de segurança alimentar no local.

Assim, é possível compreender o papel amplo e fundamental da Vigilância Sanitária em diversos serviços de interesse para a Saúde Pública.

Tanto o (a) ACE, quanto o (a) Agente Comunitário de Saúde, assim como todos os profissionais da APS, devem ser capacitados para identificar situações que ofereçam risco sanitário, atuando juntamente com a Vigilância Sanitária na minimização e eliminação desses riscos, considerando que as ações de Vigilância Sanitária ocorrem em todo o território.



**VIGILÂNCIA EM
SAÚDE DO(A)
TRABALHADOR(A)**



Na saúde coletiva, a área de saúde do trabalhador é muito importante, abrangendo ações voltadas para a promoção, recuperação e redução de riscos relacionados às condições de trabalho. Essas ações são orientadas pelas vigilâncias epidemiológica e sanitária.

A saúde do (a) trabalhador (a) envolve práticas interdisciplinares e intersetoriais, integrando outras ciências, como as Ciências Sociais, a Epidemiologia, a Gestão em Saúde e a Saúde da Família.

A vigilância da saúde do (a) trabalhador (a) tem como atribuição conhecer os diferentes processos produtivos/econômicos no território de atuação, como indústrias, comércios, construção civil e serviços, visando a promoção da saúde dos trabalhadores e trabalhadoras e a redução de riscos relacionados ao trabalho.

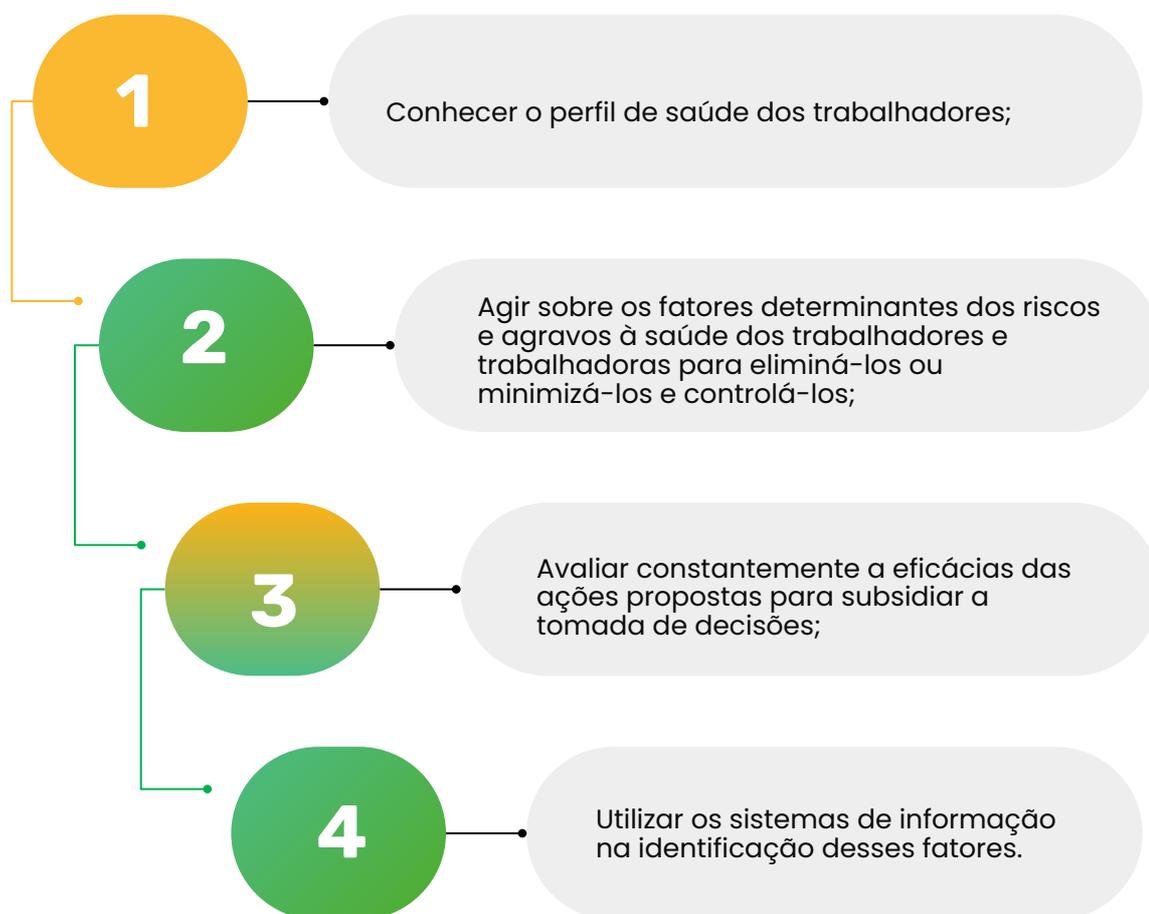
Saiba sobre conceitos básicos e a evolução histórica da saúde do trabalhador no Brasil. [Clique aqui](#) ou escaneie o QR Code.



Você sabe quais ações são realizadas pela Vigilância em Saúde do (a) Trabalhador(a) (Visat)?

Percebemos que a saúde do (a) trabalhador (a) é uma importante área da Saúde Pública, que atua direta e indiretamente com diferentes setores da sociedade e com outras vigilâncias. Essa vigilância compõe o Sistema Nacional de Vigilância em Saúde, cujo principal objetivo é promover a saúde e reduzir a morbidade e a mortalidade da população trabalhadora.

Podemos apontar os seguintes objetivos da Visat:



Promoção da saúde do (a) trabalhador (a)

Apesar dos avanços na promoção da saúde do (a) trabalhador (a), fortalecidos pelas políticas públicas desenvolvidas pelo SUS, ainda enfrentamos muitos desafios para a consolidação dos programas e das ações que podem contribuir de maneira mais significativa para a melhoria dos indicadores nacionais de segurança da saúde dessas pessoas em seu ambiente de trabalho e fora dele.

Devemos ressaltar que o (a) trabalhador (a) da saúde, como (a) o ACE, não está isento dos riscos relacionados ao trabalho. Pelo contrário: trabalhar na saúde implica em inúmeros riscos ocupacionais, para os quais devemos montar diariamente estratégias de prevenção e cuidado.





É importante perceber ainda que, o ambiente de trabalho pode comprometer a saúde e a segurança do (a) trabalhador (a), seja com agravos de urgência e emergência ou a médio e longo prazo. Isso pode ocorrer devido ao tipo de trabalho ou atividade realizada, pela organização do ambiente, ou pelos riscos e exposição à agentes físicos, químicos, biológicos e ou psicológicos e emocionais.

Os riscos são classificados principalmente em três categorias: ambientais, ergonômicos e de acidentes.



Riscos ambientais

Físicos: ruídos, vibrações, radiações, frio, calor, pressões anormais e umidade.

Sabemos que os (as) ACEs percorrem o território a pé, de bicicleta ou através de outros meios de transporte, em áreas extensas, passando grande parte do tempo expostos à radiação solar e outras variações de tempo e temperatura. Ao final do dia de trabalho, eles (as) ainda retornam à unidade de saúde para devolver os materiais de trabalho.

Químicos: poeira, neblinas, gases e vapores. São exemplos de riscos químicos encontrados no trabalho do (a) ACE: exposição a produtos e contaminantes químicos, ou poeiras em estabelecimentos fechados.

Biológicos: vírus, bactérias, protozoários, fungos, parasitas, bacilos e outros microrganismos.

Exemplos de riscos biológicos presentes no trabalho do (a) ACE: exposição a agentes biológicos no cotidiano de visitas domiciliares.

Riscos ergonômicos



Associados à execução de tarefas, como excesso de esforço físico, posturas incorretas, longas jornadas de trabalho e repetição de ações.

No trabalho do (a) ACE alguns riscos ergonômicos podem ser exemplificados, como: problemas posturais, fadiga física relacionadas às longas caminhadas, sensação de cansaço, dores nos membros inferiores, entre outros.

Riscos de acidentes



São exemplos desses riscos: uso de máquinas e equipamentos sem proteção, ferramentas impróprias ou defeituosas, animais peçonhentos e outras situações de risco que possam provocar acidentes.

Algumas atividades preconizadas para o controle vetorial podem expor os ACE a riscos de acidentes e doenças relacionadas ao trabalho. Assim as ações de Vigilância à Saúde do trabalhador(a) ocorrem em todos os ambientes de trabalho, inclusive nas unidades de saúde em que atuamos.



Caso: Nas visitas domiciliares da ACE Camila, ela identifica pontos de difícil acesso, alto potencial de proliferação, tais quais caixas d'água descobertas, calhas e lajes com problemas na limpeza e no escoamento, ou cisternas e outros tipos de armazenamento de água.

Para inspecionar esses pontos, Camila precisa fazer um esforço adicional utilizando escadas, cordas e outros mecanismos. Essa atividade é classificada como trabalho em altura, que possui um elevado risco de acidentes, por isso, Camila precisa ter disponível e utilizar equipamentos de proteção individual.

A NR-35 estabelece os requisitos mínimos e as medidas de proteção para o trabalho em altura, envolvendo o respectivo planejamento, organização e execução, de forma a garantir a segurança e a saúde dos trabalhadores envolvidos direta ou indiretamente com essa atividade.



SAIBA MAIS

https://www.udop.com.br/download/legislacao/seguranca/institucional_site_juridico/portaria_1113_altera_item_35_5 Equipamentos_protecao_individual.pdf

Assim como trabalhadores e trabalhadoras de outras áreas, o (a) ACE também pode estar exposto a riscos no seu cotidiano de trabalho. Por isso, é importante que ele (a) utilize Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) no controle vetorial (dispositivos ou produtos destinados ao uso individual com o objetivo de promover a proteção contra os riscos e ameaças contra a sua segurança e a sua saúde no processo de trabalho).

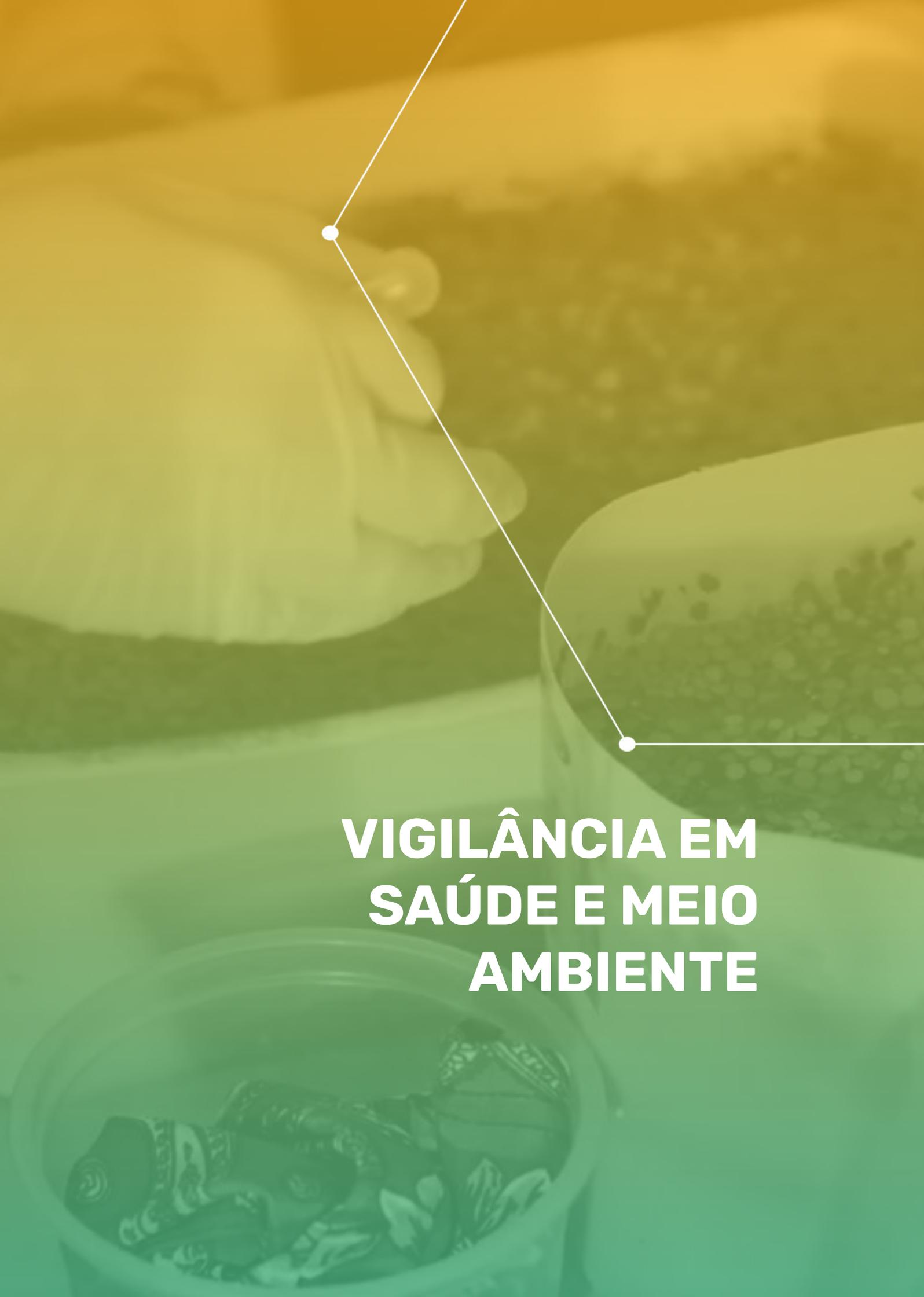


São exemplos de EPIs que o (a) ACE pode utilizar no controle vetorial: óculos, luvas, respirador, avental, botas impermeáveis, capas protetoras para chuva, protetor solar e protetores auriculares.

Notou que o (a) trabalhador (a) pode adoecer ou morrer devido às condições relacionadas ao trabalho?



Um ambiente de trabalho que não garante boas condições ergonômicas pode causar problemas de saúde osseoarticulares para os indivíduos. Sem a garantia de EPIs, um (a) trabalhador (a) da saúde pode estar exposto a diversas doenças transmissíveis. Fique atento (a)!



**VIGILÂNCIA EM
SAÚDE E MEIO
AMBIENTE**



A saúde e o meio ambiente estão estreitamente relacionados e essa relação ocorre de diferentes formas. Ela pode ser cultural, natural ou artificial, em casa ou no trabalho, no ambiente rural ou urbano, nas florestas, nos rios, nos mares ou nos oceanos.

Isso ocorre porque é no meio ambiente em que encontramos os suportes para a existência da vida, como a água, o ar, os alimentos, o clima, o solo, dentre inúmeras outras coisas. São suportes para a vida por que isso determina a nossa existência e a de outros seres vivos. Dessa forma, toda ação que praticamos tem algum impacto no meio ambiente, seja negativo ou positivo, em menor ou maior proporção.

Entender a importância da relação entre a saúde e o meio ambiente é fundamental para o planejamento de ações de Vigilância em Saúde que acompanhem as necessidades de cada território.

A partir do conhecimento dos aspectos locais (processos produtivos e econômicos, escolas e outros espaços públicos, limpeza urbana, esgotamento sanitário, entre outros) que têm repercussão direta no ambiente, podemos executar melhor as intervenções de saúde.



A Vigilância em Saúde deve, além de outras funções, propor estratégias para reduzir os riscos e problemas de saúde identificados no território. O conhecimento sobre o território compõe as ações de vigilância que fundamentam a relação entre saúde e meio ambiente.

A Lei 8.080/1990, aponta que existem muitos fatores que são determinantes para a saúde humana. O meio ambiente é um deles. Isso porque a saúde é influenciada por diferentes fatores, portanto, além das questões biológicas e físicas, existem outros condicionantes nos diferentes ambientes, que podem afetar o processo saúde-doença.



Discutimos os Determinantes Sociais da Saúde nas disciplinas “Planejamento e Organização do Processo de Trabalho”, “Noções de Epidemiologia, Monitoramento e avaliação de indicadores de saúde”, “Conhecendo e construindo a saúde pelo ambiente” e “Saúde ambiental”.

A Figura 2 aponta alguns determinantes sociais da saúde, através do modelo de Dahlgren e Whitehead (1991). Veja que os determinantes da saúde são apresentados em níveis:

Centro: o indivíduo e suas características.

Primeiro nível: estilo de vida.

Segundo nível: redes de apoio sociais e comunitárias.

Terceiro nível: determinantes econômicos, ambientais, culturais da sociedade em geral.

Figura 2- Modelo de Determinantes sociais da saúde de Dahlgren e Whitehead



Fonte: Carrapato; Correia; Garcia, 2017.



Vamos pensar sobre esses determinantes e entender porque o Meio Ambiente é tão importante para a Vigilância em Saúde!

Nas visitas domiciliares realizadas pela ACE Camila, ela faz a inspeção criteriosa de caixas d'água, telhados e quaisquer materiais que possam acumular água parada. Cuidadosamente, ela aplica larvicidas e inseticidas.

Além de orientar a população quanto à prevenção e ao tratamento das doenças infecciosas que mais ocorrem em seu território e verificar se alguém da comunidade apresenta sinais ou sintomas, a ACE trabalha em conjunto, e de forma integrada, com os (as) ACS e demais profissionais da APS.



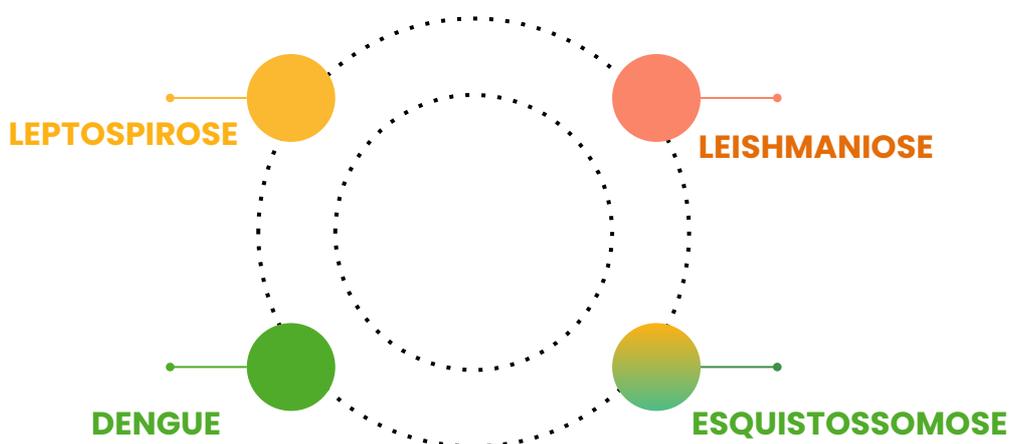


Caso identifique sintomas de arboviroses, como febre alta, erupções cutâneas e dores musculares ou articulares, Camila deve orientar as pessoas da comunidade a procurar a UBS, além de relatar ao restante da equipe (da UBS) sobre o ocorrido.

Ela também deve fornecer orientações sobre como evitar os possíveis focos do mosquito.

Além disso, vistoriar a casa e apontar locais que podem facilitar a proliferação de vetores são ações fundamentais para prevenir e controlar doenças como a dengue, a doença de chagas, a leishmaniose e a malária.

Se a ACE atua em um território com alterações no ambiente que possam favorecer a proliferação de vetores, significa que o local apresenta um risco maior para a transmissão de doenças vetoriais como:



O meio ambiente pode representar riscos à saúde da população devido a alterações causadas por desastres naturais ou pela ação humana.

E a Vigilância em Saúde?

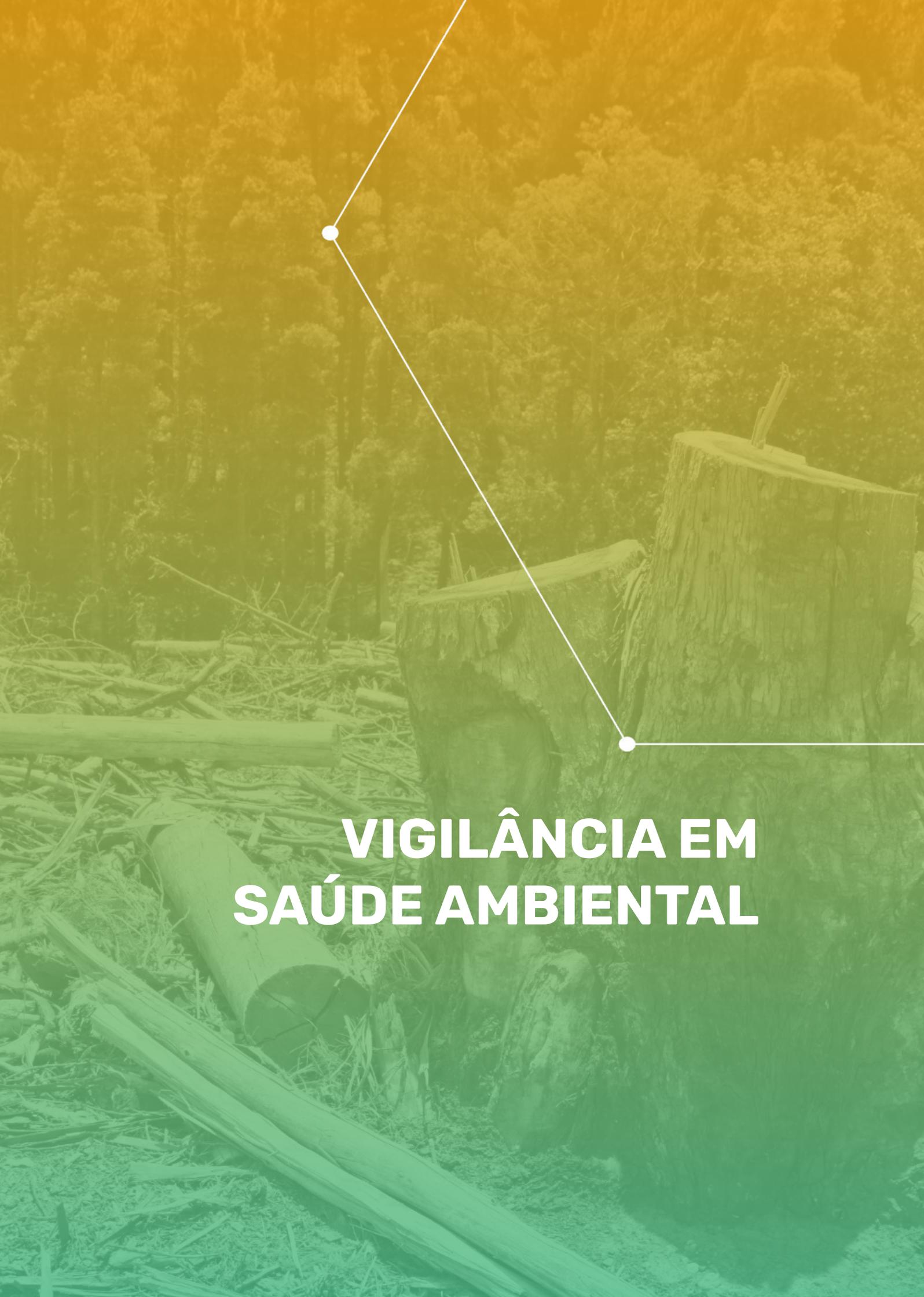
As ações de Vigilância em Saúde devem levar em consideração as diferenças ambientais, sociais e culturais do território em que são aplicadas, para que sejam eficazes, já que o meio ambiente e a saúde estão interligados e não podem ser dissociados.

A PNVS define os princípios, as diretrizes e as estratégias das três esferas de gestão do SUS, para o desenvolvimento da Vigilância em Saúde, objetivando:

- A promoção e a proteção da saúde;
- A prevenção de doenças e agravos;
- A redução da morbimortalidade, vulnerabilidades e riscos nos territórios.

A PNVS busca integrar os saberes das diferentes áreas de Vigilância em Saúde (incluindo a Epidemiológica, a Ambiental, a do (a) Trabalhador (a) e a Sanitária) para promover ações transversais que influenciem na determinação do processo saúde-doença.

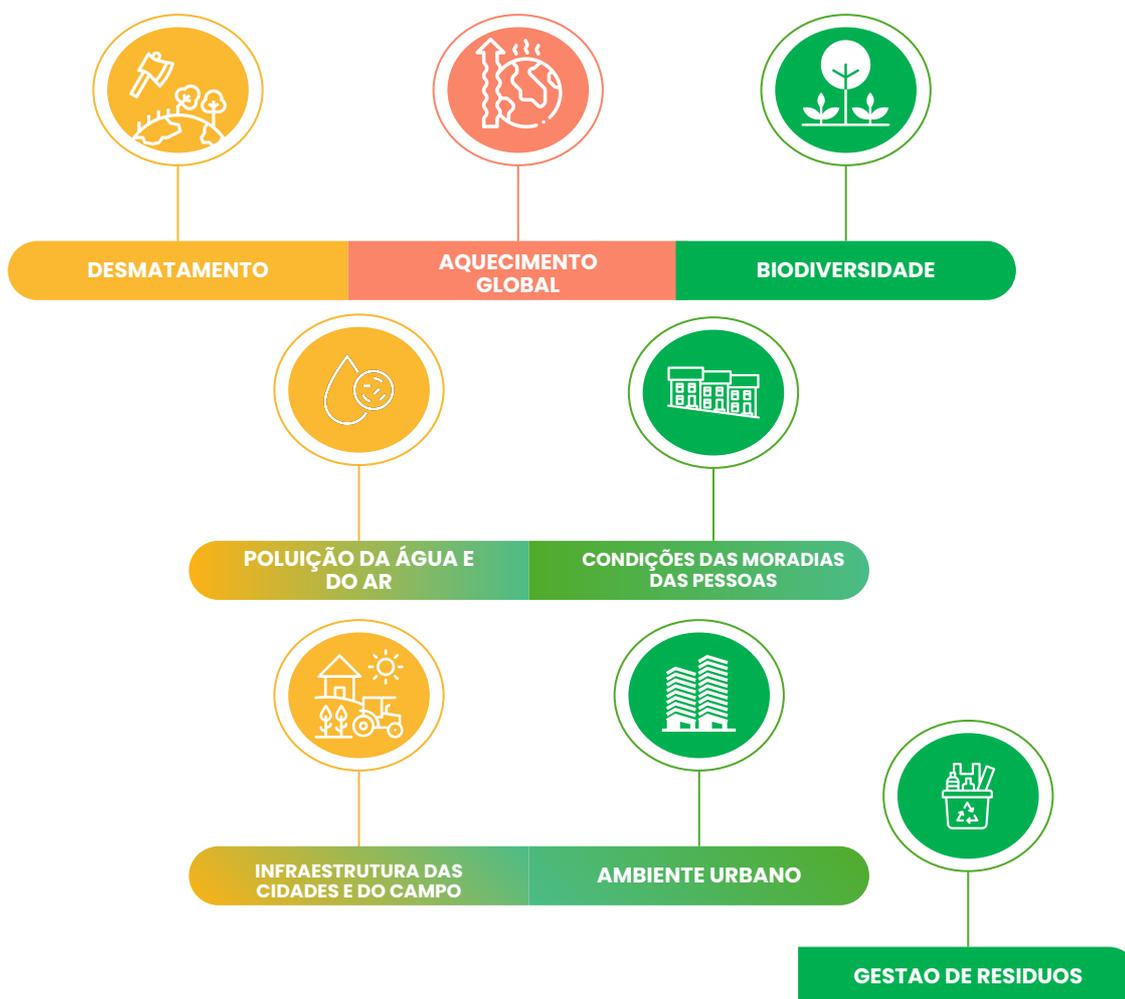
Agora, veremos a Vigilância em Saúde Ambiental.



VIGILÂNCIA EM SAÚDE AMBIENTAL

A Vigilância em Saúde Ambiental (VSA) é um componente da Vigilância em Saúde. Ela é caracterizada por um conjunto de ações que buscam proporcionar o conhecimento necessário para a identificação de fatores do meio ambiente que interferem na saúde. Vimos, anteriormente, que alguns fatores podem influenciar positivamente ou negativamente a saúde. O meio ambiente é uma dessas variáveis. A partir disso, podemos refletir sobre os elementos ambientais que causam consequências para a saúde.

Exemplos dos determinantes ambientais que interferem na saúde:



Além de identificar esses determinantes de importância para a saúde pública, a Vigilância Ambiental aponta quais devem ser as medidas de prevenção e controle dos fatores que ocasionam os riscos ambientais com potencial de provocar doenças e/ou agravos à saúde.

Tendo em vista as questões ambientais e a sua relação com a saúde, é preciso ter atenção no nosso cotidiano. Para isso, conhecer mais sobre as ações e os programas da Vigilância em Saúde Ambiental é um bom começo.



A VSA é, dentre as Vigilâncias, a que foi criada mais recentemente, juntamente com a Vigilância em Saúde do (a) Trabalhador (a). Constituída no ano 2000, seu objetivo primordial é conhecer e detectar mudanças nos fatores determinantes e condicionantes do meio ambiente que interferem na saúde humana.



Relembrando: Os determinantes ambientais podem ser positivos ou negativos para a saúde, dependendo do contexto em que estão inseridos.



EXEMPLO

Se um (a) ACE observa o depósito inadequado de resíduos no território, deve promover, junto com sua equipe de saúde, ações de orientação para a população sobre a correta deposição e gestão dos resíduos. Isso proporciona um ambiente com menos consequências geradas pelo acúmulo de resíduos em locais inadequados, sendo possível evitar a proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, que é o transmissor da dengue e da febre amarela urbana.

A VSA identifica fatores ambientais importantes para a transmissão de doenças e estabelece diretrizes, objetivos e metas para orientar instâncias, setores, profissionais de saúde e comunidades sobre o manejo adequado de resíduos.



Como vimos, a VSA engloba duas áreas complexas: a saúde e o meio ambiente. Para conseguir responder às demandas dessas áreas, a Vigilância em Saúde Ambiental é composta pelos seguintes programas:



A VSA e seus componentes visam analisar a situação de saúde ambiental para a formulação de políticas e execução de ações: em articulações intra e intersetoriais, além da colaboração em políticas setoriais que tenham relação com o tema.

Após mais de 20 anos de sua implementação, a VSA permanece em constante evolução nas três esferas do SUS. Ela atua em situações já normatizadas e enfrenta novos desafios, oriundos de riscos ambientais recentes impostos à saúde da população.

A VSA dispõe de programas específicos para proteger a saúde da população. São eles:

VIGIAGUA

Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (VIGIAGUA)

Sabemos que a qualidade da água é fundamental para a sobrevivência dos organismos vivos e também para o funcionamento dos ecossistemas, comunidades e economias.

Além disso, existem muitas doenças que são causadas pela ingestão de água contaminada, seja por microrganismos, ou por substâncias químicas. Por isso, a água potável limpa, segura e adequada é uma prioridade na saúde.

A VIGIAGUA tem como objetivo promover a saúde e prevenir doenças relacionadas à água, garantindo a gestão de riscos à saúde no abastecimento de água.

O VIGIAGUA realiza ações contínuas para assegurar que a população tenha acesso à água potável e de qualidade, de acordo com a legislação.



Abaixo estão listados alguns dos principais objetivos e ações do **VIGIAGUA:**

1

Apoiar o desenvolvimento de ações de educação em saúde e mobilização social.

2

Gerenciar o risco à saúde relacionado ao abastecimento de água.

3

Diagnosticar a situação do abastecimento de água.

4

Avaliar os riscos à saúde e planejar as ações de vigilância da qualidade da água para consumo humano.

5

Reduzir a morbimortalidade por agravos e doenças de transmissão hídrica.

6

Participar do desenvolvimento de políticas públicas destinadas ao saneamento e à preservação dos recursos hídricos.

7

Melhorar as condições sanitárias das formas de abastecimento de água.

8

Informar à população sobre a qualidade da água distribuída e sobre os possíveis riscos à saúde.

A Vigiagua atua em todas as formas de abastecimento de água, independente das especificidades da estrutura física, da gestão administrativa (pública ou privada) ou da localização (área urbana ou rural).



A qualidade da água é muito importante para manter a saúde das pessoas, por isso, no cotidiano das suas ações, o (a) ACE enfrenta diversas doenças relacionadas à veiculação hídrica, como: arboviroses, doenças diarreicas, toxoplasmose, rotavírus, esquistossomose, hepatite A, entre outras.

As ações preventivas, como análise de situações e locais de risco e orientação às pessoas, devem fazer parte da rotina do (a) ACE, em conjunto com os (as) demais profissionais da APS.

Além do saneamento básico e tratamento da água, para combater diversas doenças de veiculação hídrica, é fundamental que as pessoas adotem cuidados de higiene (como lavar as mãos e os alimentos e fazer a limpeza regular da caixa d'água). Cabe ao (à) ACE reforçar essas orientações durante as visitas domiciliares.

Os (as) profissionais de saúde precisam estar atentos (as) para garantir o consumo de água seguro, diante dos desafios da degradação ambiental e das vulnerabilidades sociais.

Para isso, o Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (Sisagua) é uma ferramenta importante da Vigiagua que serve para sistematizar os dados produzidos pelos profissionais da saúde e pelo serviço de abastecimento de água. Além disso, contribui para o gerenciamento de riscos à saúde relacionados ao abastecimento de água para consumo humano.



VIGIAR

Vigilância em Saúde de Populações Expostas aos Poluentes Atmosféricos (VIGIAR)

O desenvolvimento das cidades, a ocupação populacional e a expansão industrial e agrícola aumentam potencialmente a poluição do ar, que é uma ameaça à saúde e ao bem-estar.

A proteção da população contra a poluição e a incidência de doenças respiratórias é o papel da área de Vigilância em Saúde de Populações Expostas aos Poluentes Atmosféricos (Vigiar).

A VIGIAR compreende um conjunto de ações e serviços que permitem o conhecimento e a detecção de mudanças nos fatores determinantes da qualidade do ar e que interferem na saúde humana. Tem por finalidade recomendar e adotar medidas de promoção à saúde, prevenção e monitoramento dos fatores de riscos relacionados às doenças ou agravos à saúde.





As queimadas, por exemplo, estão presentes em muitos territórios do nosso país e representam um perigo para a qualidade de vida das pessoas, pois prejudicam a qualidade do ar.

Por isso, é primordial realizar ações de detecção e monitoramento das diferentes atividades (econômicas, sociais ou ambientais), que geram poluição atmosférica, identificar os riscos e recomendar medidas cabíveis.

O (a) ACE e os demais profissionais da APS devem estimular a participação da comunidade no controle social e desenvolver ações de educação e promoção da saúde. Assim, juntos, podem identificar os que a comunidade enfrenta relacionados a riscos de qualidade do ar, sinalizando territórios de risco, exposição à poluentes e orientando as pessoas sobre a poluição do ar.

Devemos sempre considerar as diferenças de territórios no Brasil. Um (a) ACE que atua em grandes cidades pode conviver mais com problemas decorrentes da poluição do ar, como as doenças respiratórias:



Isso não quer dizer que em locais menores não ocorra poluição do ar e problemas de saúde relacionados a ela. Queimadas, incêndios florestais, queima de combustíveis, produção industrial, mineração e até a produção de energia podem causar poluição do ar e estão presentes em diferentes locais.

O (a) ACE precisa estar atento aos riscos de poluição do ar que existem em seu território e buscar medidas para a proteção das pessoas e a prevenção de doenças. Lembrando que o Sistema de Informação de Vigilância em Saúde Relacionado à Qualidade do Ar é uma ferramenta importante de avaliação e controle.

VIGIPEQ

Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Substâncias Químicas (VIGIPEQ)

O crescimento das cidades e das indústrias provocou um grande impacto ambiental relacionado aos contaminantes químicos ambientais. Suas consequências ultrapassam fronteiras, causando diversos tipos de poluição, seja da água, do ar, do solo e dos alimentos. Essa situação provoca inúmeros problemas de saúde, e é intensificada pelo aumento do processo de urbanização, que nem sempre é acompanhado por infraestrutura social, formando aglomerados urbanos e industriais sem cuidado com o meio ambiente ou com a saúde das pessoas.

A Vigipeq tem como objetivo desenvolver ações de VSA focadas nas substâncias químicas que interferem na saúde humana, como agravos e doenças, e nas relações entre o homem e o ambiente.



2011

A Vigipeq foi formada em 2011, a partir do agrupamento das áreas técnicas de Vigilância em Saúde Ambiental relacionada às Substâncias Químicas (Vigiquim) e Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Solo Contaminado (Vigisolo) para que atuassem de forma integrada.



Existem diferentes tipos de poluição que, muitas vezes, não são visíveis ou fáceis de perceber, como:

- A poluição do solo e de águas subterrâneas;
- A poluição atmosférica.

Infelizmente, não existem barreiras ou formas de isolamento que impeçam a exposição das pessoas aos riscos decorrentes desses problemas ambientais.



EXEMPLO



No caso de uma área com rios poluídos e locais com disposição de resíduos acumulados, não existem estratégias para isolar as pessoas desses perigos, por isso, a promoção da saúde ambiental e a preservação do meio ambiente são estratégias fundamentais de várias esferas da Vigilância em Saúde.

Alguns inseticidas utilizados nas campanhas de Saúde Pública podem ser considerados produtos químicos perigosos. Por isso, o (a) ACE precisa adotar cuidados para reduzir o risco de contaminação humana e ambiental.

Então, ACE, esteja sempre atento (a) aos produtos utilizados, ao seu preparo e aplicação. Conheça suas ações e quais cuidados devem ser tomados com cada um deles para sua proteção, além da proteção da comunidade e do ambiente.

Outro grupo de produtos químicos prioritários para a atuação da VSA são os agrotóxicos. Eles requerem dos profissionais de saúde atenção e cuidado, tanto na assistência à saúde das pessoas expostas ao risco, quanto na orientação e educação em saúde sobre o uso, manejo e consequências associadas.



Você, como ACE, pode orientar as pessoas sobre como fazer o descarte correto de embalagens de agrotóxicos, ou sobre os efeitos do uso indiscriminado desses produtos. E em caso de qualquer dúvida, pode solicitar o auxílio do Vigipeq.

VIGIDESASTRES

Vigilância em saúde ambiental dos riscos decorrentes de desastres (VIGIDESASTRES)

Ao longo da história da humanidade vivenciamos diferentes tipos de desastres naturais e, atualmente, esses acontecimentos têm atingido populações do mundo inteiro, não sendo diferente no Brasil.

Especialmente as populações que enfrentam maiores vulnerabilidades socioambientais têm sofrido com diferentes tipos de desastres. Por isso, a redução do risco de desastres e o seu enfrentamento é uma das funções essenciais da Saúde Pública, realizada por meio da VSA.

Lembrando que os desastres naturais podem ser definidos como aqueles causados por fenômenos e desequilíbrios da natureza, ou ainda pela ação humana, e que provocam inúmeras consequências para a vida das pessoas e também para o meio ambiente.



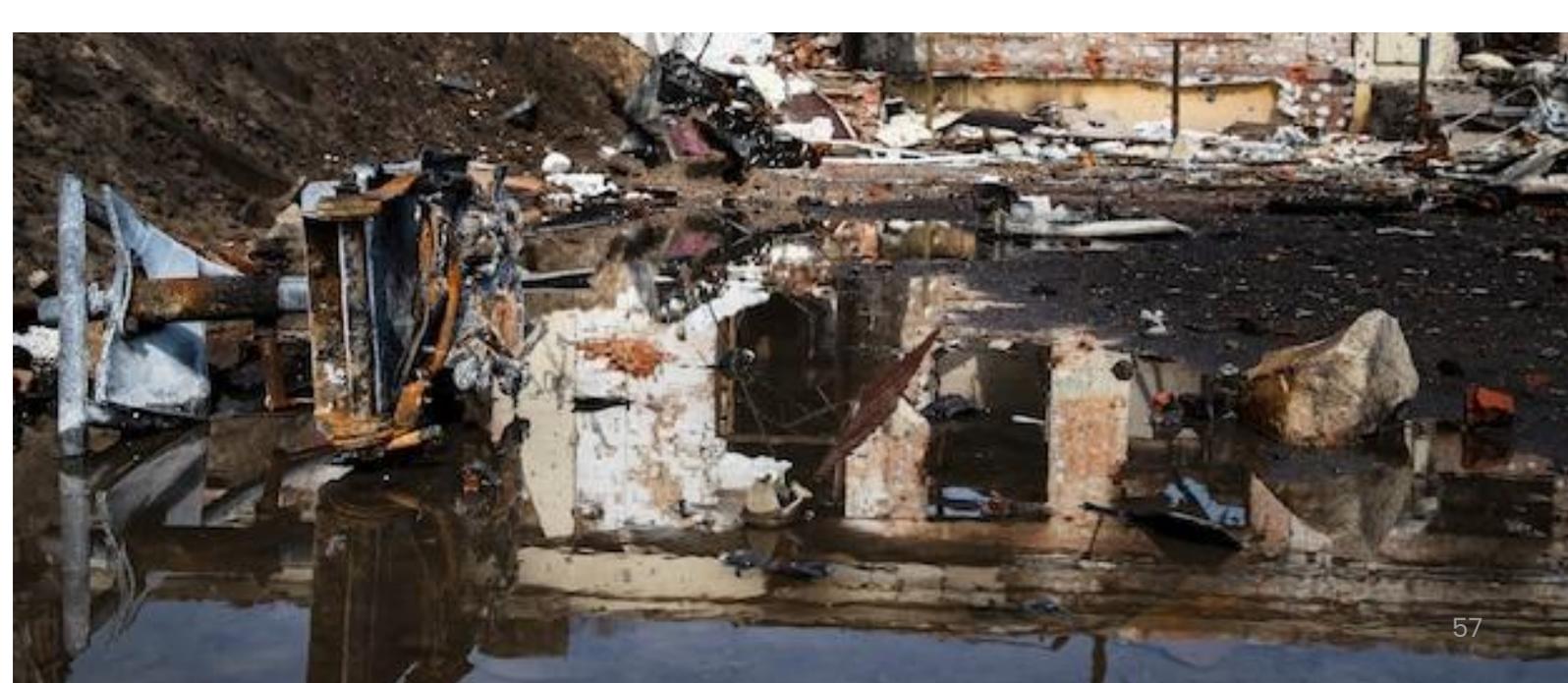


Atenção! Na área de atuação de um (a) ACE também podem ocorrer desastres naturais.

Os desastres naturais podem ser de grandes proporções, como:

- Terremotos;
- Estiagens, ou secas;
- Cheias e inundações;
- Deslizamentos de terra;
- Rompimento de barragens;
- Choque elétrico e incêndios.

Quanto mais vulnerável uma área for, mais impactos um desastre natural pode causar.





O ACE Júlio acompanha uma comunidade que sofre com inundações e deslizamentos. Nesse caso, ele precisa estar atento tanto para as consequências imediatas desses desastres (como o risco de morte), quanto para o aumento da transmissão de doenças relacionadas com a veiculação hídrica (como a leptospirose, a dengue e a febre amarela).

Já em uma área que enfrenta uma situação de seca, podemos ter o aumento dos casos de diarreia, devido à qualidade da água consumida pela população, ou a contaminação de alimentos.

Dessa forma, o VIGIDESASTRES atua no planejamento de ações para essas áreas. O principal objetivo do programa é desenvolver ações de saúde pública para reduzir o risco da exposição da população aos desastres, diminuir doenças que decorrem desses eventos e os danos à infraestrutura de saúde.



SAIBA MAIS

Você pode saber mais sobre os principais tipos de desastres naturais que ocorrem no Brasil e como eles devem ser enfrentados consultando o material: Gestão Local de Desastres Naturais para a Atenção Básica, do UNASUS, 2016. Disponível em:

<https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/handle/icict/37492/Curso%20AB.pdf;jsessionid=4AC93B8E8129C96316AB47A4387B76C3?sequence=2> acesso 15 mar.2023.

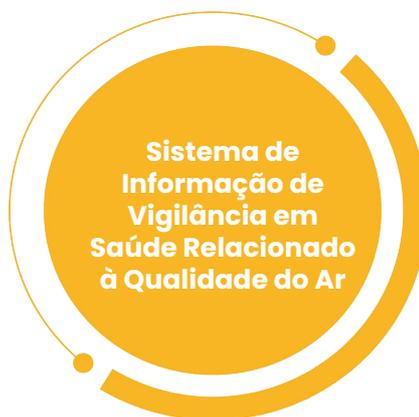
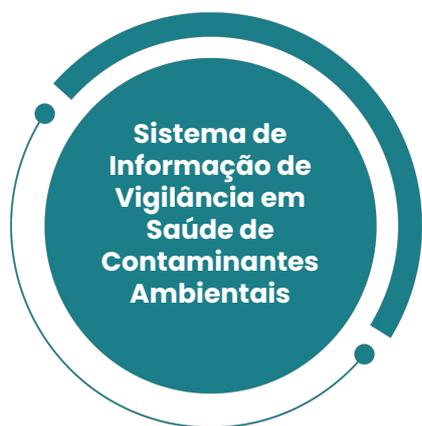


O VIGIDESASTRES tem uma função primordial no planejamento, na proposição de ações de prevenção, mitigação, preparação e resposta, além da reabilitação, visando reduzir o impacto dos desastres sobre a saúde pública.

Em um país como o Brasil, com extensa variação de clima, vegetação e infraestrutura socioambiental, os desastres naturais podem variar de região para região, ou mesmo serem comuns a várias localidades.

Em consequência disso, a vigilância precisa intervir em situações emergenciais, que podem ocorrer imediatamente após um desastre natural e no acompanhamento das suas consequências a médio e longo prazo.

Além de todas as atribuições dos programas de Vigilância em Saúde Ambiental, temos para cada um deles sistemas de informações utilizados para registrar os dados das áreas potencialmente prioritárias:



Percebeu que temos muitas ações de Vigilância em Saúde Ambiental no âmbito do SUS? Essas ações estão bem perto de todos nós.

Talvez no seu território não sejam necessárias ações de todos os programas de Vigilância em Saúde Ambiental, mas com certeza há a ação de, pelo menos, um deles. Portanto, como profissional de saúde, você deve contribuir com as ações de Vigilância em Saúde Ambiental.



Quer saber mais?

Você pode pesquisar e identificar as ações de VSA desenvolvidas na sua cidade. Sempre que quiser conhecer mais sobre esse assunto no seu território, busque informações na Secretaria Municipal de Saúde e em outras secretarias, como a de Meio Ambiente.

A photograph of a dog sitting on a field of dry grass. The image is overlaid with a semi-transparent green filter. A white geometric line, consisting of two segments meeting at a vertex, is drawn across the upper portion of the image. The text 'DISPOSIÇÃO E TRATAMENTO DE DEJETOS ANIMAIS' is centered in the lower half of the image in a bold, white, sans-serif font.

**DISPOSIÇÃO E
TRATAMENTO DE
DEJETOS ANIMAIS**

A palavra dejetos pode ser utilizada para se referir a fezes, urina, água de higienização de animais, resíduos de ração e outros materiais decorrentes do processo de criação.

A poluição ambiental causada pelo manejo inadequado de dejetos de animais é uma questão discutida por órgãos governamentais e pela sociedade no mundo todo.

Isso porque, quando não são tratados de forma adequada, os dejetos podem provocar ou agravar problemas ambientais (como a contaminação das águas, do solo de culturas por meio da transmissão de patógenos e parasitas).



Acesse o material complementar e veja o conteúdo disposição e tratamento de dejetos animais.
[Clique aqui](#) ou escaneie o QR Code.





**MANEJO DE
RESÍDUOS SÓLIDOS**



Com uma população que passa de 214 milhões de habitantes, o Brasil está entre os países que mais geram resíduos sólidos no mundo.

De acordo com o Decreto Nº 10.936/2022, que regulamenta a Lei nº 12.305/2010 e institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS): “os resíduos sólidos são todo material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade”.

Esses materiais deveriam ser tratados a partir do uso de tecnologias e a legislação disponível, no entanto, muitos deles ainda são despejados a céu aberto, lançados na rede pública de esgotos ou até queimados.

É importante conhecer as formas corretas de manejo de resíduos. O descarte indevido causa sérios problemas ambientais que, certamente, impactam na saúde das pessoas.

Acesse o material complementar e veja sobre o manejo de resíduos sólidos. [Clique aqui](#) ou escaneie o QR Code.



The background is a close-up photograph of soil, showing various textures and colors from light brown to dark green. A white geometric line graphic is overlaid on the image, starting from the top edge, going down to a white dot, then up to another white dot, then down to a third white dot, and finally extending horizontally to the right edge.

MANEJO DE CADÁVERES ANIMAIS



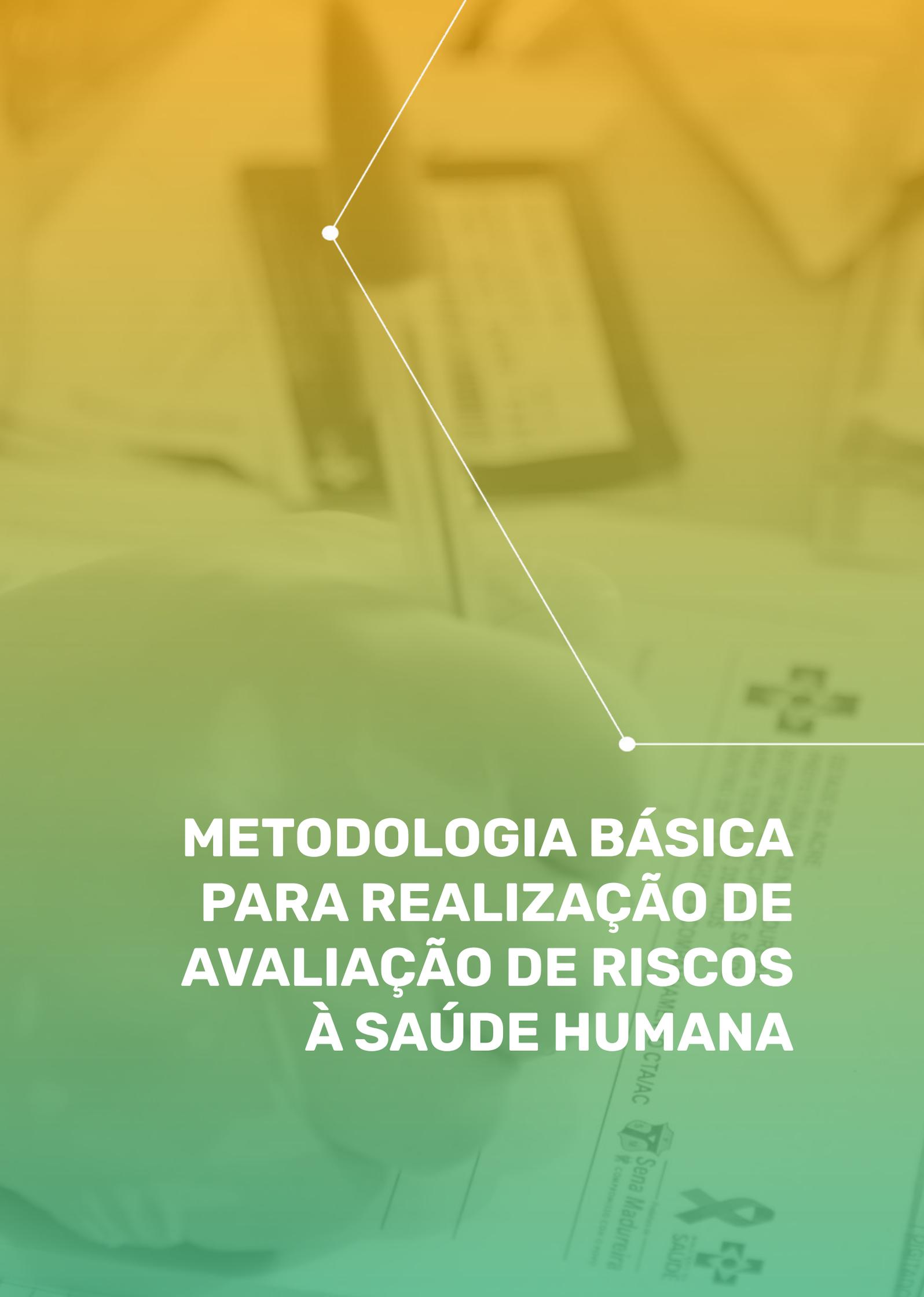
Cadáveres animais podem ser considerados resíduos sólidos do Grupo A, que correspondem àqueles que apresentam risco potencial à saúde pública e ao meio ambiente. Nesse sentido, o manejo e descarte de cadáveres animais exige responsabilidade de quem executa esse tipo de atividade.

Independente do tipo de morte, o cadáver animal deve ser destruído o mais rápido possível para evitar a contaminação ambiental (que pode ocorrer através de fluidos e das secreções excretadas).

A demora para dar finalidade ao cadáver animal pode causar a proliferação de microrganismos patogênicos.

Acesse o material complementar e veja sobre o manejo de cadáveres animais. [Clique aqui](#) ou escaneie o QR Code.





**METODOLOGIA BÁSICA
PARA REALIZAÇÃO DE
AVALIAÇÃO DE RISCOS
À SAÚDE HUMANA**



As instituições de saúde se deparam, frequentemente, com a necessidade de investigar eventos que provocam efeitos sobre a saúde das pessoas para estabelecer o diagnóstico e a possível relação com a exposição ambiental e efetuar medidas de intervenção e tratamento. Para atingir esse objetivo, o desenvolvimento e a aplicação de metodologias de avaliação de risco à saúde humana são as ferramentas mais adequadas.

Nesse contexto, são utilizados instrumentos e metodologias para identificação, dimensionamento e caracterização do risco à saúde. Isso ocorre porque é necessário propor ações de intervenção para o bem-estar da saúde da população.

Acesse o material complementar para saber mais da metodologia básica para realização de avaliação de riscos à saúde humana. [Clique aqui](#) ou escaneie o QR Code.





RETROSPECTIVA



Nesta disciplina apresentamos os fundamentos principais da Vigilância em Saúde, focando nas Vigilâncias Epidemiológica, Sanitária, em Saúde do (a) Trabalhador (a) e Ambiental.

Estabelecemos também uma relação entre a saúde e o meio ambiente, demonstrando como a atuação do (a) ACE pode contribuir nessa dinâmica. Além disso, refletimos sobre as ações práticas de vigilância no território.

Esperamos que você tenha compreendido todo o conteúdo e, principalmente, a importância do seu papel, como ACE, para promoção das ações de Vigilância em Saúde na APS.

Até a próxima disciplina!



BIBLIOGRAFIA



BRASIL. Ministério da Saúde, Ministério da Educação. **Caderno temático do Programa Saúde na Escola: Saúde Ambiental** [recurso eletrônico]. Brasília, 2022.

Brasil. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução MS/CNS nº 588, de 12 de julho de 2018**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Saúde Ambiental, do Trabalhador e Vigilância das Emergências em Saúde Pública. **A evolução da Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador no Sistema Único de Saúde (2011 – 2021)**. Brasília, 2022.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Saúde Ambiental, do Trabalhador e Vigilância das Emergências em Saúde Pública. **Manual sobre Medidas de Proteção à Saúde dos Agentes de Combate às Endemias**. Volume 1: Arboviroses Transmitidas pelo Aedes aegypti. [recurso eletrônico]. Brasília, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde, Coordenação-Geral de Desenvolvimento da Epidemiologia em Serviços. **Guia de Vigilância em Saúde: volume único, 2 edição**. Brasília, 2019.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância Epidemiológica. **Manual Integrado de Prevenção e Controle de Doenças Transmitidas por Alimentos**. Brasília, 2004.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto Nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022**. Regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Publicado no Diário Oficial da União em: 12/01/2022.

CARRAPATO, P; Correia P; Garcia B. **Determinante da saúde no Brasil: a procura da equidade na saúde**. Saúde e Sociedade, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sausoc/a/PyjhWH9gBP96Wqsr9M5TxJs/abstract/?lang=pt#ModalHowcite>. Acesso em 10/04/2023.

LUCCHESI, G. A. **Vigilância Sanitária no Sistema Único de Saúde**. In: BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Caderno de textos da Conferência Nacional de Vigilância Sanitária. Brasília, 2001, p. 53-69.

PAPINI, S. **Vigilância em Saúde Ambiental**: Uma Nova Área da Ecologia. Atheneu: 2 edição. Rio de Janeiro, 2012.

RADICCHI, A. L. A; LEMOS, A. F. **Saúde ambiental**. Nescon/UFMG, Coopmed, Belo Horizonte, 2009.

ROHLFS, D. B et al. **A construção da Vigilância em Saúde Ambiental no Brasil**. Cad. Saúde Colet., v.19, n.4, p.391-398, 2011.

VON SPERLING, M. **Princípios básicos do tratamento de esgoto**. Editora UFMG, Belo Horizonte, 2006.

Conte-nos a sua opinião sobre esta publicação. [Clique aqui](#) e responda a pesquisa.



**SAÚDE COM
AGENTE**

**DISQUE
SAÚDE 136**

Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde
bvsmms.saude.gov.br



MINISTÉRIO DA
SAÚDE

